

**ATA**

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Referiu uma notícia do ano passado, reiterada no início deste ano, quanto à vontade manifestada pelo Presidente da Câmara de renovar a frota dos Transportes Urbanos de Guimarães (TUG), que passariam a ser elétricos, com a possibilidade de Guimarães ter, num momento inicial, um ou dois veículos movidos a eletricidade a circular no meio urbano. Continuou, referindo uma entrevista recente do Presidente da Câmara dando conta da intenção de que a concessão dos TUG utilize exclusivamente autocarros elétricos. Assim, perguntou se houve alguma renegociação do contrato de concessão com a concessionária e quanto prevê a Câmara Municipal despende com este objetivo. -----

**2 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Referiu uma notícia sobre um incêndio deflagrado na Montanha da Penha em resultado de

uma queimada. Disse ter visto um abate de árvores na zona da Penha, bem como um monte de mato sobrando empilhado a arder, não estando ninguém nas imediações. Considerou, por isso, que as estruturas existentes – Proteção Civil e outros – não estarão a funcionar como deveriam, visto que a sua ação aparenta não ser de prevenção destas situações, mas antes de reação. Disse ser mais importante investir na prevenção dos incêndios do que nos meios de combate, chamando a atenção para a necessidade de se criar mecanismos que controlem, quer o abate de árvores, quer as queimadas. -----

**3 – Vereador Amadeu Portilha – a)** - Informou ter sido feita, esta semana, a apresentação dos resultados do primeiro ano de implementação do projeto PAYT, “pay-as-you-throw” no Centro Histórico, que considerou serem muito interessantes e até surpreendentes. Acrescentou, a propósito, que não só foram superados os objetivos iniciais do projeto como também as metas europeias, traduzindo-se o resultado na diminuição do indiferenciado em 34% e o aumento do reciclável em 126%, tendo sido registado um decréscimo de 130 toneladas, entre 2016 e 2017, na recolha de resíduos no Centro Histórico. Por último, referiu a intenção da Autarquia em alargar gradualmente este sistema de recolha de resíduos aos arruamentos periféricos ao Centro Histórico; **b)** - Sobre a intervenção do Vereador Torcato Ribeiro, começou por explicar os conceitos de queimadas controladas e queima de sobrados, que se traduz numa prática secular e tradicional das cidades, indicada para evitar precisamente os incêndios. Explicou o que aconteceu na Montanha da Penha, designadamente a queimada de sobrados por força do corte de eucaliptos que se prolongou para além do tempo de permanência dos funcionários, tendo rapidamente propagado a



outros terrenos, causando um incêndio. Informou que há um profundo vazio legal relativamente às queimas controladas e às queimas de sobrantes, estando a ser preparada alteração legislativa tendo em vista delegar nos municípios a competência para licenciar as queimadas. Explicou, ainda, que a queima de sobrantes é atualmente permitida desde que não se esteja em período crítico de incêndio, que começa no dia 1 de junho, e que não se esteja em dias com alerta de alto perigo de incêndio. Ainda sobre o referido incêndio disse que, considerando o que se estava a passar, o Gabinete Técnico Florestal contactou, por duas vezes, as entidades competentes, nomeadamente o Serviço de Proteção da Natureza da GNR, o Instituto da Conservação da Natureza e Floresta, os Bombeiros de Guimarães e a PSP no sentido de que atuassem perante aquilo que parecia ser uma queimada descontrolada. Explicou, ainda, a importância da queima dos sobrantes, que referiu ser fundamental para libertar a floresta de combustíveis que poderão dar origem a grandes incêndios. Por último, disse verificar-se a realização de queimadas todos os dias e por todo o território do concelho, não havendo recursos suficientes para a sua fiscalização, informando que a Câmara Municipal apresentou candidatura para uma Brigada de Bombeiros Sapadores Florestais, num investimento que se estima em cerca de €80.000,00, aguardando-se decisão; **c)** – Sobre a frota dos TUG, explicou os prazos do contrato de concessão em vigor, informando que o novo concurso de concessão deverá ser lançado no início do próximo mandato autárquico. Acrescentou que na preparação do novo concurso, concretamente no que respeita ao respetivo caderno de encargos, será previsto o tipo de frota a afetar pelo concessionário, estando a ser estudada a obrigação de utilização de viaturas elétricas. Disse, ainda, que, nos termos da

atual concessão, está previsto que, em cada ano, a concessionária possa introduzir na sua frota um veículo elétrico ou híbrido, estando o primeiro autocarro a ser já fabricado, esperando-se que a candidatura apresentada aos fundos comunitários para a sua aquisição seja comparticipada em cerca de 80%. Disse, a propósito, que as operadoras precisam de um forte incentivo comunitário, sendo importante que as respetivas candidaturas se possam prolongar no tempo. -----

**4 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: a)** - Disse existirem protocolos com diversas entidades para a reflorestação da Montanha da Penha e do Monte da Citânia (Briteiros S. Salvador e Longos), com espécies arbustivas resistentes ao fogo. A propósito, disse, ainda, que a Câmara Municipal está a trabalhar com a Irmandade da Penha e proprietários de terrenos tendo em vista uma candidatura da Montanha da Penha a Património Natural; **b)** – Ainda sobre os transportes urbanos, disse prever-se que em junho/julho exista um autocarro elétrico ao serviço dos TUG. Informou que se está a trabalhar com o Ministério do Ambiente para a obtenção de financiamento para instalação de postos de abastecimento rápido de eletricidade por todo o território concelhio. Disse, ainda, que está a ser trabalhado o processo de concurso para a próxima concessão dos transportes, cujo contrato atual termina em 2021, com a intenção de que seja para veículos elétricos. Acrescentou que para este objetivo espera contar com uma maior maturação tecnológica, uma vez que o veículo elétrico é fundamental para a melhoria da qualidade do ar e do meio ambiente, tendo em conta as emissões de dióxido de carbono. Disse, ainda, estar convicto de que poderá vir a existir financiamento comunitário específico para a aquisição dos veículos elétricos de transporte de passageiros,



não onerando, dessa forma, o orçamento municipal. Por último, disse ser convicção da Autarquia de que a próxima concessão dos TUG preveja a utilização de veículos elétricos, referindo, contudo, que o processo está no seu início e prolongar-se-á pelo próximo mandato. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Da seguinte informação do Presidente da Câmara: **"AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS – RELATÓRIO FINAL (RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 2312/2015)** – Tenho a informar a Câmara Municipal que foi recebido o Relatório Final da auditoria da Inspeção-Geral de Finanças a este Município, o qual se encontra disponível para consulta pelos Senhores Vereadores nos Serviços do Departamento de Administração Geral desta Câmara Municipal." -----

**2.1.** Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 64 a 66, datados de 19 de abril de 2017, que comunicam a análise, em sessão realizada no passado dia 13 de abril, das seguintes propostas: **a)** – "Certificação Legal das Contas 2016"; **b)** – "Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre os documentos de prestação de contas de 2016"; **c)** – "Análise do Relatório da Atividade da Câmara Municipal de Guimarães". -----

**2.2.** Do ofício da Assembleia Municipal n.º 63, datado de 19 de abril de 2017, que comunica a aprovação, em sessão realizada no passado dia 13 de abril, das seguintes propostas: **a)** – "Relatório e Contas 2016". -----

**2.3.** Do ofício da Assembleia Municipal n.ºs 68, que comunica a apreciação, em sessão realizada no passado dia 18 de abril, da seguinte proposta: **a)** – "Análise do Relatório de Avaliação do

Estatuto do Direito de Oposição no Ano de 2016". -----

**2.4.** Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 67 e 69 a 88, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 18 de abril, das seguintes propostas: **a)** – “Proposta de Regulamento Municipal para o Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia”; **b)** – “Pedido de renegociação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais celebrado em 15 de outubro de 2014 com a Indústria de malhas Natália Ribeiro, Lda”; **c)** – “Pedido de renegociação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais celebrado a 1 de junho de 2015 com Francisco Vaz da Costa Marques, Filhos & C.ª S.A.”; **d)** – Atribuição de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães – Associação Cultural e Desportiva de Prazins Santa Eufémia e União Desportiva de Polvoreira – Compromisso Plurianual”; **e)** – “Arrendamento de parte do imóvel da Cooperativa Agrícola de Guimarães – compromisso plurianual”; **f)** – “Desafetação do domínio público de duas parcelas de terreno situadas no Parque Industrial de Ponte – 1.ª fase”; **g)** – “Abertura de concurso público para aquisição de serviços de transporte escolar – ano letivo 2017/2018 – concurso público n.º 5/17 – repartição de encargos”; **h)** – “Repartição de encargos da abertura de concurso público para aquisição de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares – triénio 2018/2020 – concurso público n.º 6/17”; **i)** – “Contratação de serviços de transporte escolar em carreira pública (contratação exclusiva nos termos do n.º 1, do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos) – ano letivo 2017/2018”; **j)** – “Freguesia de Mesão Frio – Drenagem de Águas Pluviais na Rua Alberto Fernandes”; **k)** – “União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia – Cedência de Autocarro”; **l)** – “Freguesia de Selho S. Cristóvão – Atribuição de Subsídio para a Reparação



da fachada e cobertura do edifício da sede da Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão”; **m)** – “Freguesia de Selho S. Cristóvão – Atribuição de Subsídio – Aquisição de uma eletrobomba submersível para o furo artesiano de abastecimento das águas da Senhora do Monte”; **n)** – “União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente – Cedência de Autocarro”; **o)** – “Freguesia de Barco – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2016 – primeiro aditamento”; **p)** – “Freguesia de Barco – Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências – ano de 2014 – segundo aditamento”; **q)** – “União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia – Alteração ao contrato de atribuição de subsídio – ano de 2016 – primeiro aditamento”; **r)** – “União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros santa Leocádia – Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências – ano de 2015 – segundo aditamento”; **s)** – “União de Freguesias de Briteiros S. salvador e Briteiros Santa Leocádia – Alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências – ano de 2014 – segundo aditamento”; **t)** – “União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia – Alteração ao contrato de atribuição de subsídio – ano de 2009 – segundo aditamento”. -----

**3.** Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associação, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, parecer sobre a informação económico-financeira da CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda. -----

**4.** Da listagem das aquisições de serviços celebradas no decorrer do mês de abril de 2017, nos termos do disposto do n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º da Lei do Orçamento de Estado de 2017, aprovada pela

Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**5.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de maio de 2017, que aprovou a conta final da empreitada designada por "Reperfilamento do troço viário entre a EN101 e a área central da Vila de Ponte – 1.ª fase", no valor de €309.062,15 + IVA. -----

**6.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de maio de 2017, que adjudicou ao "Consórcio Alberto Couto Alves, SA/Ângulo Recto – Construções, Lda" a empreitada designada por Reperfilamento do troço viário entre a EN 101 e a área central da Vila de Ponte – 2.ª fase, pelo valor de €359.900,00 + IVA, para um prazo de execução de 120 dias. -----

**7.** Da seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: **"AQUISIÇÃO DE TERRENOS NECESSÁRIOS À CONSTRUÇÃO DA ECOVIA/CICLOVIA** - Por despachos do Sr. Vereador Dr. Ricardo Costa, com poderes subdelegados conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara emitido em 2 de janeiro de 2014, foi decidido adquirir quatro parcelas de terreno, necessárias à construção da Ecovia/Ciclovía, conforme melhor identificado na tabela infra. -----

Data do despacho	Parcela	Área	Proprietários	Preço	Proposta de cabimento
02-05-2017	A56A	13,20m²	Maria Alberta Mendes de Oliveira Macedo e outros	470,97€	1817
	A56B	9,67m²		435,02€	
02-05-2017	A71A	42,21m²	António Araújo Almeida	1.506,05€	382
	A71B	55,84m²		452,05€	

**8.** Da seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **"1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Prolongamento da requalificação da rua da Maina até ao recinto desportivo - Urgeses, submete-se à consideração superior





a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €531.209,86 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.64 do Plano Plurianual de Investimentos de 2017. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €531.209,86 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 150 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Gilberto Fortunato Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Joaquim Josias Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” ----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE**

**2017.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador Ricardo Araújo não participou na discussão e na votação da ata, uma vez que não esteve presente na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO JORDÃO E GARAGEM PARA ESCOLA DE MÚSICA E ARTES PERFORMATIVAS E VISUAIS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** - Presente a seguinte informação: “**1.**

Atenta a necessidade de executar a obra de: **Requalificação do edifício Jordão e garagem Avenida para Escola de Música e Artes Performativas e Visuais**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €11.550.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.3.07 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público internacional com anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €11.550.000,00 + IVA; Fixação de um prazo máximo de vigência do contrato a celebrar de 420 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para



a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal – Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas. c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da Divisão Jurídica. Suplentes - a) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico superior da divisão de empreitadas. b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de divisão de estudos e projetos. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. **O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ter participado na elaboração do projeto desta obra, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS – ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO PARA O XXIV GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DE SERZEDO E 8.ª PROVA DE CICLOTURISMO DE CALVOS** – Presente a seguinte proposta: “No dia 1 de maio, a Junta de Freguesia de Serzedo e Calvos levou a cabo a XXIV edição do Grande Prémio de Atletismo de Cerzedo, prova esta que já teve a participação de grandes nomes do atletismo nacional, mas que nos últimos anos tem

apostado prioritariamente na formação, com uma média significativa de 200 atletas. Debalde a enorme dificuldade sentida nos últimos tempos na organização deste evento desportivo, a prova nunca deixou de se realizar ao longo dos últimos vinte e três anos, constituindo um estímulo importante à promoção da atividade física e do desporto numa zona do concelho carenciada de atividades desportivas. Já no dia 29 de maio será organizado a sétima edição da prova de cicloturismo de Calvos que ao longo destes anos vem reunindo largas dezenas de participantes, numa jornada de convívio, onde a competição nunca está presente. Neste sentido, proponho que se atribua um apoio de 1.000 (mil euros) para estes eventos desportivos, um deles já realizado, que constituem objetivamente uma mais-valia para a promoção do desporto para todos no nosso concelho.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA DO VALINHO EM ATÃES** – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Atães e Rendufe solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a pavimentação da Travessa do Valinho, em Atães, nomeadamente a cedência dos materiais necessários. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento no valor de €2.342,60 (Iva incluído) referente à aos materiais. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a freguesia, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio a conceder à Freguesia de Atães e Rendufe, através das despesas a efetuar



pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €2.342,60, correspondente à despesa de aquisição dos materiais, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABAÇÃO E GÉMEOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – CONCLUSÃO DA CASA MORTUÁRIA DE GÉMEOS** – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Abação e Gémeos solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a conclusão das obras da Casa Mortuária. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar nos locais em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €58.125,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Abação e Gémeos, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €50.000,00, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do contrato de atribuição de subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE PONTE – REQUALIFICAÇÃO**

**DA ZONA ENVOLVENTE DA ESCOLA E.B.2,3., NOVO ACESSO AO CENTRO ESCOLAR, E RECUO DO MURO JUNTO DO LARGO DA IGREJA (QUINTA DOS CASCOS)** –

Presente a seguinte proposta: “Pretende-se concluir os trabalhos de requalificação da zona envolvente da escola E.B.2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, o novo acesso ao Centro Escolar, e ainda o recuo de um muro do Largo da Igreja, na freguesia de Ponte, tendo a Junta de Freguesia solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar nos locais em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €120.944,88, (IVA incluído), de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição, à Freguesia de Ponte, de uma verba no valor de €60.000,00, destinada aos trabalhos acima identificados, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovada, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----  
-----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE NESPEREIRA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS**



**TANQUES PÚBLICOS** – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Nespereira solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da obra de recuperação e revitalização dos tanques públicos, nomeadamente a reparação de fissuras e do sistema de canalização e esgoto, e ainda a substituição das coberturas de chapa em fibrocimento, de forma a preservar e manter as condições de segurança dos seus utilizadores, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €8.236,88, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Nespereira, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 8.731,09€, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do contrato de atribuição de subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE NESPEREIRA – CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA VISCONDE DO PAÇO** – Presente a seguinte proposta:

“Pretende-se construir passeios e rede de drenagem de águas pluviais na rua Visconde do Paço, tendo a Junta de Freguesia apresentado um orçamento no valor de €40.500,00, acrescido de

IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Nespereira, de uma verba no valor de €42.930,00, destinada à execução dos trabalhos acima identificados, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – AQUISIÇÃO DE MOINHOS –**

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Moreira de Cónegos solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a aquisição do prédio misto denominado “Propriedade do Moinhos”, sito no lugar dos Moinhos, pelo valor de €80.000,00 apresentando para o efeito cópia da escritura de compra e venda, outorgada no dia 24 de fevereiro de 2017. Assim, tendo em conta o interesse público inerente de que esta aquisição se reveste, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Moreira de Cónegos, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €40.000,00, ao abrigo do





disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo." A minuta do contrato de atribuição de subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA D. LAURINDA FERREIRA MAGALHÃES** – Presente a seguinte proposta. "Pretende-se

concluir a requalificação da rua D. Laurinda Ferreira Magalhães, nomeadamente proceder à pavimentação, com demolição e reconstrução de um muro em alvenaria e construção de passeios. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €39.978,50, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Moreira de Cónegos, de uma verba no valor de €40.000,00, destinada à obra acima identificada, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo." A minuta do Contrato

Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE LORDELO – PAVIMENTAÇÃO DE VÁRIOS ARRUAMENTOS –** Presente a seguinte proposta:

“Pretende-se executar trabalhos de pavimentação em vários arruamentos na Freguesia de Lordelo, nomeadamente na rua Ramalho Ortigão, rua da Lagarteira, Largo da Mocha e rua Nova, tendo a Junta de Freguesia apresentado dois orçamentos, um no valor de €38.371,90, e outro no valor de €39.157,80, ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação dos orçamentos apresentados. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Lordelo, de uma verba no valor de €40.674,21, destinada à pavimentações acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE BRITO – ATRIBUIÇÃO DE**

**SUBSÍDIO – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA 10 DE JUNHO –**

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Brito solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da obra de pavimentação e construção de rede de drenagem de águas pluviais da rua 10 de junho, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €76.112,26, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Brito, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €80.679,00, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do contrato de atribuição de subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE CREIXOMIL - ALTERAÇÃO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – ANO DE 2016 – PRIMEIRO ADITAMENTO**

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com

a Freguesia de Creixomil, para execução da obra de "Pavimentação da rua do Carriço, Travessa da Pisca, rua Rio de Selho e rua de S. Tomé e Príncipe", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €47.629,42. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível executar a pavimentação da rua do Carriço no ano de 2016, solicitando a alteração do prazo do respetivo Contrato, de forma a executá-la durante o ano de 2017. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 5 de dezembro de 2016, alterando-se a 7ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2017", bem como a transferência da verba remanescente para o ano de 2017, no valor de €10.390,05."

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIA DA COSTA – ANO DE 2015 – PRIMEIRO ADITAMENTO**

– Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia da Costa, para execução da obra designada por "Repavimentação e drenagem de águas pluviais da rua das Tumbas e drenagem das águas pluviais, construção dos muros de suporte e passeios na rua Emília Oliveira Costa", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de



€24.648,09. Na sequência da conclusão das obras acima identificadas, o Departamento de Obras Municipais elaborou o respetivo auto de medição no valor de €12.837,01, tendo o Presidente da Junta de Freguesia solicitado a alteração do objeto e do prazo do respetivo protocolo, de forma a ser possível incluir a pavimentação da rua João de Oliveira Salgado e da travessa s/nome da rua Antero de Quental. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 2 de outubro de 2015, alterando-se a 1ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na Freguesia para execução da obra de Repavimentação e drenagem de águas pluviais da rua das Tumbas e drenagem das águas pluviais, construção dos muros de suporte e passeios na rua Emília Oliveira Costa, pavimentação da rua João de Oliveira Salgado e da travessa s/nome da rua Antero de Quental", e ainda a 7ª cláusula: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2017", bem como a transferência da correspondente verba remanescente para o ano de 2017, no valor de €11.811,08."

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2016 – PRIMEIRO ADITAMENTO**

– Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia da Costa, para execução da obra de "Pavimentação parcial das ruas Francisco Ribeiro e Espariz, pavimentação e construção de passeios na rua do Lugarinho e Dr. Raúl Alves da Cunha, pavimentação e alargamento da rua da Bouça, pavimentação da rua de Lagares e pavimentação parcial e drenagem de águas pluviais da rua da Tumbas", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €28.205,02. Na sequência da conclusão das obras acima identificadas, o Departamento de Obras Municipais elaborou o respetivo auto de medição no valor de €20.953,93, tendo o Presidente da Junta de Freguesia solicitado a alteração do objeto e do prazo do respetivo protocolo, de forma a ser possível incluir a pavimentação do Parque de Jogos e a construção de passeios na rua de Espariz. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 22 de junho de 2016, alterando-se a 1ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na Freguesia para execução da obra de "Pavimentação parcial das ruas Francisco Ribeiro e Espariz, pavimentação e construção de passeios na rua do Lugarinho e Dr. Raúl Alves da Cunha, pavimentação e alargamento da rua da Bouça, pavimentação da rua de Lagares e pavimentação parcial e drenagem de águas pluviais da rua da Tumbas, a pavimentação do Parque de Jogos e a construção de passeios na rua de Espariz", e ainda a 7ª cláusula: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2017", bem como a transferência da verba remanescente para o ano de 2017, no valor de €7.251,09." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**

**APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----****FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL – PAVIMENTAÇÃO DE VÁRIOS ARRUAMENTOS** – Presente a seguinte proposta:

“Pretende-se concluir os trabalhos de repavimentação em vários arruamentos na Freguesia de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil, nomeadamente na rua das Boucinhas, rua António Barbosa, rua de Roupeiro e rua de Sandião. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar nos locais em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €75.549,85, (IVA incluído), de acordo com a quantificação em anexo, sendo que a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a transferência de uma verba no valor de €29.739,02, no âmbito do Contrato Interadministrativo celebrado no ano de 2016 para esse efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil, de uma verba no valor de €30.000,00, destinada às pavimentações acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato

Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA** – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de

Prazins Santa Eufémia solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a construção de uma Casa Mortuária, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €128.414,28, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Prazins Santa Eufémia, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €50.000,00, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do contrato de atribuição de subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE S. TORCATO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE SEGADE** –

Presente a seguinte proposta. “A Freguesia de S. Torcato solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da obra de





requalificação da rua de Segade, nomeadamente a pavimentação e construção de rede de drenagem de águas pluviais, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €90.007,30, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de S. Torcato, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €95.407,74, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do contrato de atribuição de subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**URBANISMO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE - PARECER URBANÍSTICO - EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO -**

Presente uma informação dos Serviços do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento relativa à vontade da Junta da União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente em edificar dois equipamentos autónomos na área destinada ao Parque de Sande Vila Nova, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o

Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram **declaração de voto**, cujo teor, a seguir transcrito, foi ditado para a ata pelo Vereador André Coelho Lima: "Os Vereadores eleitos pelos PSD-CDS abstiveram-se neste ponto, não por qualquer tipo de reserva relativamente à finalidade que consta nos documentos que nos são dados a analisar a atribuir ao equipamento em questão, mas sim por se ter percebido no decurso da discussão que teve lugar, que pode estar prevista para o mesmo edifício uma outra finalidade. Ora, se for finalidade diversa, naturalmente que isso implica uma reflexão, uma ponderação diferente sobre a faculdade que estamos a atribuir de intervenção em Reserva Agrícola Nacional. E por essa razão apenas, os Vereadores do PSD-CDS abstiveram-se porque é preciso que seja claro qual a finalidade prevista atribuir a um edifício quando estamos a intervir em Reserva Agrícola Nacional. - O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou **declaração de voto**, cujo teor, a seguir transcrito, ditou para a ata: "A CDU absteve-se neste ponto porque considera que a instalação de um dos edifícios previstos não está devidamente clarificada quanto à sua funcionalidade." -----

**REGULAMENTOS – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA INCUBADORA DE BASE RURAL DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: "O concelho de Guimarães encerra no território um significativo potencial agrícola que importa aproveitar. Após análise de um diagnóstico da realidade do concelho concluiu-se que o contexto económico do concelho de Guimarães caracteriza-



se por uma estrutura demográfica dinâmica, pela proximidade a estruturas relevantes para a qualificação de capital humano, por um tecido empresarial ativo e especializado no setor secundário e por um potencial agrícola, físico e estrutural por explorar. Simultaneamente, os conceitos emergentes de Incubadora de Empresas de Base Rural, Bolsa e Banco de Terras constituem-se como mecanismos relevantes para alavancar iniciativas empreendedoras relacionadas com a agricultura, agroindústria, agroflorestal, serviços conexos e tecnologia aplicada e projetar externamente Guimarães enquanto destino preferencial para este tipo de investimentos. Este diagnóstico do concelho permitiu a Guimarães, enquanto território com potencial para o acolhimento de iniciativas de empreendedorismo rural, definir para si uma Visão e uma Missão: *Guimarães – Território de Referência no bom uso do solo agrícola e florestal*, com a missão de apoiar e capacitar promotores de ideias de negócios de base agrícola e florestal, a partir da Incubadora de Base Rural de Guimarães, assessorando-os no desenvolvimento de projetos e criação de empresas rentáveis e consolidadas com elevado impacto no desenvolvimento socioeconómico do Município e da Região do Ave. Neste contexto, é criada a Incubadora de Base Rural de Guimarães enquanto principal materialização de uma visão estratégica que se articula com um conjunto de documentos de referência estratégica setorial e/ou territorial. A Incubadora de Base Rural procura, assim, afirmar-se como uma estrutura de fomento do empreendedorismo qualificado e criativo nas áreas de produção agrícola, florestal, indústria agroalimentar, serviços conexos e tecnologia aplicada, disponibilizando para o efeito de um conjunto de serviços e apoios de cariz imaterial, complementado por um banco e uma bolsa de terras. À

semelhança de uma incubadora de empresas generalista, a Incubadora de Base Rural concentra em si um conjunto de infraestruturas e serviços integrados e uma estrutura de recursos humanos dedicada ao apoio de promotores de ideias e planos de negócio, acompanhando-os desde a definição da ideia até ao lançamento, aceleração e consolidação do projeto. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 2 de fevereiro de 2017, dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o REGULAMENTO DA INCUBADORA DE BASE RURAL DE GUIMARÃES, em anexo (Anexo I), que se propõe que a Câmara



Municipal aprove e submeta a aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos da al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” O regulamento da Incubadora de base Rural de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

**REGULAMENTOS - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA BOLSA E DO BANCO DE TERRAS DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães, na sequência de um diagnóstico que fez da realidade do concelho, onde se concluiu que o contexto económico do concelho de Guimarães se caracteriza por uma estrutura demográfica dinâmica, pela proximidade a estruturas relevantes para a qualificação de capital humano, por um tecido empresarial ativo e especializado no setor secundário e por um potencial agrícola, físico e estrutural por explorar, criou uma Incubadora de Base Rural de Guimarães, enquanto principal materialização de uma visão estratégica que se articula com um conjunto de documentos de referência estratégica setorial e/ou territorial. Associado à Incubadora de Base Rural está o conceito de Bolsa de Terras, que é um mecanismo de acesso à terra, assente na disponibilização de prédios rústicos, designadamente quando estes se encontram em estado de abandono. Baseada nos princípios da universalidade e voluntariedade, a Bolsa de Terras efetua o ajustamento entre os

proprietários (que cedem os terrenos) e os promotores de projetos de base rural (que necessitam da terra para a implementação do seu plano de negócio). Por norma, concorrem também para a Bolsa de terras os prédios rústicos sem utilização propriedade do estado e das Autarquias Locais. Os terrenos constituintes da Bolsa de Terras são cedidos aos empreendedores em regime de arrendamento, venda ou outro, facilitando desta forma o acesso à terra e catalisando a afetação agrícola do território. Em Portugal, a Bolsa Nacional de Terras, gerida pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e criada pela Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro, constitui-se como uma materialização do conceito de Bolsa de Terras com abrangência nacional. Para sua melhor operacionalização, a DGADR autoriza a participação de entidades externas, tais como autarquias locais, associações de agricultores ou cooperativas agrícolas na gestão da Bolsa de terras numa área territorialmente delimitada. Além disso, é dinamizado o Sistema de Informação da Bolsa de Terras (SIBT) que assegura o acesso a informação atualizada sobre os prédios e terrenos baldios disponibilizados na Bolsa Nacional de Terras, nomeadamente área, aptidão agrícola, florestal ou silvopastorial, principais características do solo, eventuais restrições à sua utilização, tipo de cedência pretendida e respetivo valor. Paralelamente, atendendo ao profundo conhecimento do território requerido para a deteção, caracterização e inserção de terrenos na Bolsa de terras, têm vindo a emergir iniciativas locais para a constituição de Bolsas de Terras municipais. A administração municipal do conceito permite, desta forma, o acesso à terra de uma forma mais direta, bem como uma maior afetação dos terrenos, atendendo às disposições dos municípios de ferramentas apuradas de caracterização



geográfica e georreferenciada. Além disso, as entidades locais estão, também, mais sensibilizadas para a sinalização de promotores de negócios de base rural existentes no território, potenciais beneficiários e interessados no projeto de Bolsa de Terras. Em estratégias de desenvolvimento económico e de fomento do empreendedorismo de base rural, a Bolsa de Terras constitui um instrumento crucial para a promoção do investimento e eficiência da afetação dos recursos. Constitui, também, um conceito inovador, distinguindo-se das estruturas públicas de apoio ao empreendedorismo, de construção nova e de gestão direta e centralizada por entidades públicas. Além disso, é um programa chave para a disponibilização de espaços físicos para o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras através da dinamização do mercado imobiliário, genericamente esmorecido no que toca a prédios rústicos. Alternativamente, emerge também o conceito de Banco de Terras, enquanto programa para a materialização de estratégias de fomento de empreendedorismo rural para facilitar o acesso à terra através do arrendamento, o Banco de Terras constitui um instrumento criado por uma entidade, pública ou privada de interesse público, que pretende regular o uso e aproveitamento de parcelas agrícolas e florestais ou outras com vocação agrária, com o duplo objetivo de evitar o seu abandono e de coloca-las à disposição de todos os empreendedores que possuem vocação para a agricultura, pecuária, produção florestal, de conservação da natureza e património ou outros usos de interesse social e que, para tal, necessitam de aceder à terra. A função principal do Banco de Terras envolve a dinamização e mediação entre os proprietários e as pessoas interessadas em arrendar a terra, assim como a concessão de garantias, confiança e segurança na gestão do uso

dos prédios rústicos. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 24 de novembro de 2016, dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento de Bolsa de Terras de Guimarães, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Na elaboração do projeto daquele Regulamento de Bolsa de Terras, através do qual se visa encontrar proprietários dispostos a ceder por arrendamento os seus prédios rústicos para explorações agrícolas e empreendedores, com o objetivo de disponibilizar terra para os aderentes à Incubadora de Base Rural de Guimarães e outros, foi encontrada mais uma solução que se destina igualmente a promover o uso responsável dos terrenos rústicos, evitar o seu abandono e degradação, contribuindo para um crescimento da economia rural e para a criação de estratégias de inclusão social e económica, mediante a criação de um Branco de Terras, que disponibiliza terrenos rústicos do município para arrendamento e recebe terrenos rústicos através de arrendamento e os disponibiliza, por subarrendamento, a empreendedores com





vocação para a agricultura, pecuária, produção florestal, conservação da natureza e património ou outros usos de cariz social. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o **REGULAMENTO DA BOLSA E DO BANCO DE TERRAS DE GUIMARÃES**, em anexo (Anexo I), que se propõe que a Câmara Municipal aprove e submeta a aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos da al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” O Regulamento da Bolsa e do Banco de Terras de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

**REGULAMENTOS - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “O tecido associativo desportivo vimaranense, caracterizado pela sua riqueza e heterogeneidade, tem sido justamente considerado como um fator preponderante de integração e harmonização social. Prosseguindo objetivos de dinamização do desporto, de promoção da prática da atividade física e da ocupação dos tempos livres de

crianças, jovens e adultos, as associações desportivas locais desempenham uma função social nuclear, induzindo comportamentos, desenvolvendo vocações e proporcionando aos seus associados e atletas gratificantes experiências de participação e envolvimento comunitário. É, por isso, fundamental para o interesse público que o Município de Guimarães apoie e coopere com estas associações e os seus atletas, através da concessão de apoios financeiros, técnicos ou logísticos, de uma forma criteriosa, transparente e equitativa. Nesse sentido, o Município de Guimarães aprovou em 2010 o Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, que estabeleceu os critérios de atribuição de apoios às associações desportivas (publicado no Diário da República, 2.ª série, em 26 de outubro de 2010). Entretanto, constata-se a necessidade de apoiar os atletas que obtenham resultados desportivos individuais de excelência em modalidades olímpicas, que impliquem o desenvolvimento de planos de trabalho e de treinos específicos, complementando recursos mobilizados pela associação desportiva mas que, por si só, são insuficientes, pelo que foi considerado conveniente alterar aquele regulamento, em vigor desde 2010, aprovando um novo. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 2 de março passado, dar início ao procedimento tendente à alteração do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o artigo 101.º do CPA, uma vez



que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele artigo 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, elaborou-se o presente Regulamento, em anexo, que a Câmara Municipal propõe aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal conforme previsto na alínea k), do n.º 1, do mesmo art.º 33º, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei n.º 75/2013.” O Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO DE ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA** – Presente a seguinte proposta: “De acordo com informação da chefia da Divisão de Sistemas de Informação de 04/05/2017, é essencial assegurar a função de gestão e coordenação das aplicações informáticas de gestão em uso na autarquia, que suportam informaticamente a generalidade dos serviços municipais. Perante a perspetiva de saída temporária de um dos colaboradores afetos a esta função, terá de se garantir a

continuidade e qualidade do serviço, tanto ao nível da administração das aplicações e das bases de dados, como da integração dos sistemas e aplicações e o desenvolvimento de projetos. Torna-se, assim, necessário o recrutamento de um especialista de informática, que, atentas as específicas necessidades de interesse público, designadamente por razões de economia, eficácia e eficiência, se pretende efetuar através da promoção de um procedimento de mobilidade interna entre órgãos da administração pública, ao abrigo do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Submete-se, assim, à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP, a **autorização para recrutamento de um Especialista de Informática**, correspondente a carreira não revista, com licenciatura na área de Informática e conhecimentos técnicos especializados em Bases de Dados e Redes, bem como em ERP de Gestão Municipal/Aplicações de Gestão Municipal SIGMA. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se inscrita no orçamento para o ano 2017 (cabimento n.º 489, compromisso n.º 735).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

#### **RECURSOS HUMANOS - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL**

– Presente a seguinte proposta: “De acordo com as informações prestadas pelos serviços envolvidos, é salientada a necessidade de reforço do mapa de pessoal do Município de Guimarães nas seguintes áreas: 1. No âmbito da Divisão de Ação Social, decorre da implementação do Plano de Ação para o Acolhimento de Refugiados - “Guimarães Acolhe” a necessidade de colaboração de



mais um técnico superior, com formação superior ao nível de licenciatura, que possa apoiar os processos de acolhimento e de integração de todos os cidadãos com necessidade de proteção internacional acolhidos em Guimarães e ainda colaborar na organização das atividades da Rede Social. 2. No âmbito da Divisão de Cultura e Turismo, torna-se premente corresponder, em termos de recursos humanos, ao significativo incremento no número de eventos de cariz turístico-cultural de iniciativa municipal, cuja programação e produção constituem atribuição desta Divisão, bem como assegurar o alargamento do horário do atendimento turístico, dotando os serviços de mais dois técnicos superiores para a produção de projetos turísticos e culturais e atendimento especializado ao turista, com formação ao nível da licenciatura em turismo, gestão cultural ou património. 3. No âmbito de atuação da Divisão de Educação, foi assumido pelo Município um conjunto de medidas e estratégias de combate ao abandono e insucesso escolar, em articulação com o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, no âmbito do Conselho Intermunicipal de Educação do Ave e de candidatura à Prioridade de Investimento 10.1 do NORTE 2020 – “Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais e informais, para a reintegração no ensino e formação”. Para a sua operacionalização, é fundamental a criação de equipas de mediação do projeto e de uma equipa multidisciplinar, o que implica o recrutamento, a título temporário, de nove técnicos superiores nas seguintes áreas: a) Três técnicos superiores para integração na equipa de mediação do projeto de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar - Hypatiamat -

intervenção na promoção do sucesso para a área da Matemática, com formação ao nível da licenciatura em ensino básico; b) Três técnicos superiores para integração na equipa de mediação do projeto de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar - Literatus - intervenção na promoção do sucesso para a área da Língua Portuguesa, com formação ao nível da licenciatura em ensino básico; c) Três técnicos superiores para integração na equipa multidisciplinar de apoio ao projeto de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar - intervenção e apoio às escolas com alunos em situação de risco de insucesso e abandono escolar: um com Licenciatura em Educação Social; um com Licenciatura em Psicologia e um com Licenciatura em Serviço Social ou Mediação Familiar. Considerando que esses postos de trabalho não se encontram previstos no Mapa de Pessoal para 2017, propõe-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação da sua alteração, conforme anexo, ao abrigo do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. A proposta encontra-se devidamente sustentada no orçamento aprovado e conforme com o cabimento n.º 489/2017.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 4/2016** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido, por despacho de 2 de novembro de 2016, é proposta pelo instrutor a aplicação da **sanção disciplinar de repreensão escrita**. Nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em



Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação de sanções disciplinares é da competência do órgão executivo do Município, pelo que se submete a proposta à aprovação da Câmara Municipal.” O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE REPREENSÃO ESCRITA.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO DO QUADRILÁTERO URBANO - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2017 –**

Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães é associado, em conjunto com os Municípios de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, da associação de municípios de fins específicos “QUADRILÁTERO URBANO”, que tem como fim principal a implementação do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), e prosseguindo uma estratégia potenciadora da relação entre um modelo urbano policêntrico qualificado e inovador nas práticas de governança urbana e territorial e uma estratégia de competitividade e internacionalização da base económica sustentada em competências e recursos para a inovação gerados a partir da ligação entre os tecidos científicos, de formação, tecnológico e empresarial. A associação Quadrilátero Urbano, consciente de que a projeção competitiva a nível internacional da região, renovou-se e atualizou-se num novo Pacto para o atual período até 2020. O Pacto Estratégico de Cooperação Quadrilátero Urbano 2020, define-se uma Visão, uma Missão e as áreas de Atuação da Associação e as entidades signatárias comprometem-se a representar e a promover o território, mobilizando recursos e competência para a

operacionalização da Agenda Comum e impulsionando novos projetos que contribuam para a projeção desta rede de cidades. Uma das obrigações dos associados, nos termos da al. c) do art.º 5.º dos Estatutos é efetuar as contribuições financeiras nos termos estabelecidos na lei e nos estatutos. Estas contribuições financeiras são, nos termos do art.º 36.º dos mesmos Estatutos, fixadas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo, para comparticipar nas despesas correntes da gestão da associação, através de um valor definido anualmente, com pagamentos mensais. Neste sentido é necessário que a Câmara Municipal aprove a transferência das verbas que competem ao Município de Guimarães relativa ao ano de 2017 num valor mensal de €1.000,00, num total anual de €12.000,00, em conformidade com os documentos em anexo, nomeadamente a Proposta do Conselho Executivo e Assembleia Geral, nº10/17 de 28/03/2017; nº 11/17, 28/03/2017 respetivamente.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara e o Vereador Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos em virtude de pertencerem aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. O Vereador Amadeu Portilha assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----**

**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE MESÃO FRIO** – Presente a seguinte informação: “No âmbito das alterações de trânsito introduzidas na freguesia de Aldão, foi preconizada pelos serviços a adoção de conjunto de sentidos de





trânsito nos arruamentos adjacentes, na área territorial de Mesão Frio. Tal proposta não mereceu parecer favorável quanto à adoção integral, sendo apenas intenção da Junta e Assembleia de Freguesia de Mesão Frio a sua aplicabilidade à Rua Monte de Aldão. Considerando que a adoção da postura submetida pela autarquia local não ficaria associada a uma interseção, tal pretensão foi declinada. Contudo, considerando a existência de um real constrangimento à circulação na Rua do Monte de Aldão, pela prática de estacionamento em contravenção, submete-se à consideração do executivo a sua aprovação em regime temporário, três a seis meses, conforme postura em anexo.” A postura com a alteração ao trânsito, bem como as deliberações dos órgãos da freguesia dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**AMBIENTE - APOIO À ASSOCIAÇÃO PONTOS COMUNS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TEDX GUIMARÃES 2017** – Presente a seguinte proposta: “O TEDx é um programa de eventos locais, organizados de forma independente, que reúne diversas pessoas com o objetivo de partilharem experiências e ideias inovadoras. É organizado pela Associação Pontos Comuns, uma associação cultural sem fins lucrativos, que visa a partilha de ideias e conhecimentos a nível cultural, organizacional, tecnológico, de empreendedorismo, entre outros. Já organizou eventos como as beta-talks e os TEDxGuimarães anteriores. O tema deste ano da 5ª edição do TEDx Guimarães denomina-se “RePensar, ReInventar, ReConquistar”, focando-se nas questões da sustentabilidade, que muito dizem respeito à candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia 2020. As talks desta edição

pretendem abordar questões, além da sustentabilidade, como a tecnologia, comunidades verdes, a educação ambiental e uma perspectiva psicológica da cor verde. Para oradores desta edição estão já confirmados o Prémio Nobel de 2007, Mohan Munasinghe, o diretor do centro ibérico de nanotecnologia Lars Montelius, Rita Silva e João Camilo da empresa de cosméticos vegan AvanHeart, a premiada Isabel Veiga, o diretor da conferência "Trojan Horse was a Unicorn" André Luís, e a mental coach Susana Torres. Assim, nos termos da alínea u), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, remete-se para deliberação do executivo camarário a atribuição de um apoio, no valor de €6.500,00, à Associação Pontos Comuns, para a organização do evento **TEDxGuimarães**, que se realiza no dia 3 de Junho, no Instituto de Design. Este evento está inserido na "Green Week 2017" e conta com a parceria do Laboratório de Paisagem." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESCOLAS – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS** – Presente a seguinte proposta:  
"Considerando que o Orçamento Participativo é um instrumento de participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação que integram os cidadãos nos seus processos decisórios e prestam contas da sua atividade, contribuindo decisivamente para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorando a sua qualidade de vida das populações e promovendo o exercício da cidadania informada, ativa e responsável, devendo ser um processo dinâmico, que permita acolher as expectativas dos alunos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades de cada uma das comunidades



escolares do concelho de Guimarães; A Câmara Municipal de Guimarães envolveu os agrupamentos escolares e as escolas secundárias numa ampla discussão sobre a metodologia e na implementação do Orçamento Participativo em contexto escolar, partindo da experiência adquirida durante o processo, entende-se que uma maior envolvência da comunidade escolar de cada um dos projetos que se pretende implementar é essencial para o sucesso da iniciativa. A adequação do calendário de implementação dos projetos ao calendário de atividades letivas, em conjunto com o envolvimento dos alunos, os principais promotores dos projetos, são elementos essenciais para uma participação cívica mais intensa. Neste sentido propõem-se, transferência de verbas no valor total de €56.256,70 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis euros e setenta cêntimos), iva incluído, pela rubrica 4.3.01, conforme quadro 1, e objetivos enunciados, pelo que se solicita a respetiva declaração e cabimento e compromisso.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR** – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e

n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **VILLAFELPOS – COMÉRCIO E INDÚSTRIA TÊXTIL SA**, apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **71%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, os projetos PEIM aprovados beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas



municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **VILLAFELPOS – COMÉRCIO E INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.** nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 13 DE FEVEREIRO DE 2015 COM A AUTO SANDE - REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, LDA.** – Presente a seguinte proposta: “A empresa Auto Sande - Reparação de Automóveis, Lda., representada por Joaquim Marques Antunes, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara 22/01/2015 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 13/02/2015, requerer a prorrogação do prazo para implementação do projeto de 1 para 2 anos, a redução do investimento previsto de €220.000 para €160.000 e a alteração da criação de postos de trabalho de 1 para 4. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços

municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **32%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Auto Sande - Reparação de Automóveis, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**TURISMO - FEIRA AFONSINA 2017 - CEIA MEDIEVAL - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Após a aprovação pelo Executivo das Normas de Participação na Feira Afonsina 2017, confirmou-se a possibilidade de incluir nesta edição a realização de uma Ceia Medieval, cujas Normas de Participação, em anexo, se propõe sejam aprovadas pela Câmara Municipal.” As normas de participação dão-se aqui por



reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TURISMO - GUIMARÃES PASS - INCLUSÃO DO TELEFÉRICO DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte proposta. “No passado dia 16 de fevereiro a Câmara Municipal deliberou instituir o Guimarães Pass. Atendendo a que, entretanto, se confirmou a possibilidade de inclusão de uma nova entidade – a Turipenha – cumpre submeter à aprovação do Executivo uma nova versão do protocolo então aprovado, contemplando a possibilidade de acrescentar viagens no Teleférico de Guimarães à oferta anteriormente existente. Deste modo, proponho a aprovação da minuta do protocolo anexa.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**O Vereador José Bastos não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa TURIPENHA, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

**EDUCAÇÃO - DÉBITOS PELO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES**

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência do processo de monitorização do fornecimento de refeições e prolongamento de horário os Agrupamentos de Escolas Vale de S. Torcato, Fernando Távora, Briteiros, Mário Cardoso, D. Afonso Henriques, Taipas e Francisco de Holanda, vêm solicitar à autarquia apoio para a resolução de situações em que não é possível proceder à cobrança dos montantes em débito por ser desconhecido o paradeiro do agregado familiar, por emigração deste ou ainda por vulnerabilidade económica. Conforme já referido nas situações de comprovada carência económica, os agrupamentos de escolas,

nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 11.º, do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, promoveram já administrativamente a atribuição das condições que conferem o direito aos benefícios previstos naquele despacho, designadamente a isenção para efeitos de alimentação, de modo a evitar que os valores em dívida continuem a acumular-se. Perante o exposto, e à semelhança do efetuado em idênticas situações, propomos, nos termos da alínea ee) e hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: 1. a anulação dos débitos respeitantes aos alunos: Gabriela Graicie Calção, no valor de €10,22; Enzo Cardinali Monteiro, no valor de €7,30; Sandro Cardinali Monteiro, no valor de €7,30; Barbara Adriana Gomes Moreira, no valor de €29,20; Francisco Mendes Fernandes, no valor de €94,90, Adulai Alvaro Balde, no valor de €137,24, Flávio Leonel Balde, no valor de €106,58, por se desconhecer o paradeiro do agregado familiar ou por emigração. 2. a anulação dos débitos respeitantes aos alunos: Telmo Gonçalves Fernandes, no valor de €213,89; Théo Gonçalves Peixoto, no valor de €283,97 e Afonso José Alves Rodrigues, no valor de €85,25, por vulnerabilidade económica.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas da Abação, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo à Biblioteca Raúl Brandão, no dia 10 de maio de 2017. Considerando que, se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico no incentivo à relevância dos livros e da leitura e não havendo





inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa por despacho datado de 26 de abril de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - ESCOLA EB1 FAFIÃO/BRITEIROS SANTO ESTEVÃO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A Escola EB1 Fafião/Briteiros Sto. Estevão solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 22 de maio ao Porto. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 04 de abril de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como ajudas de custo ao motorista.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIRGÍNIA MOURA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Virgínia Moura solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 23 de maio ao Laboratório da Paisagem. Considerando que, se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 27 de março de 2017, foi proposto deferir o pedido.

Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL VICENTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Gil Vicente solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, nos dias 23, 24 e 25 de maio à ETAR em Prazins Santa Eufémia. Considerando que, se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico na instrução de como funciona uma estação de tratamento de água e assegura o fornecimento de água cristalina para os concelhos que abrange e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 27 de março de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBAS - DESENVOLVIMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – 1.º CICLO - 2017** – Presente a seguinte proposta: “- Decorrente da assunção direta, por parte do Município, da gestão da componente de apoio à família da Educação pré-escolar, os Pais e Encarregados de Educação, em algumas freguesias, manifestaram a necessidade de manter as atividades extracurriculares proporcionadas pelas instituições locais, no período após o horário letivo e nas interrupções letivas. - Algumas instituições locais, nomeadamente as Juntas de Freguesia,



anteriormente responsáveis pelas atividades de animação e de apoio à família do ensino pré-escolar, manifestaram disponibilidade para dinamizar e continuar a desenvolver as atividades destinadas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola e com a comunidade, com o objetivo comum de incentivar e reforçar o interesse das crianças pela escola e a participação ativa dos pais e encarregados de educação. - Refira-se que, no âmbito da componente de animação e de apoio à família, a verba anteriormente atribuída possibilitava a gestão corrente das despesas relativas, quer às atividades das crianças do pré-escolar, quer às do 1º ciclo do ensino básico. Assim, considerando: - Que tais atividades fomentam o conhecimento e a ocupação lúdica dos tempos livres das crianças, apoiadas por técnicos devidamente habilitados, permitindo dar uma resposta aos encarregados de educação, face ao desfazamento existente entre os horários laborais e as atividades letivas; - A relevância que estas atividades constituem para a comunidade escolar e para as famílias; - O elevado esforço financeiro, e a crescente dificuldade económica na obtenção de verbas para a promoção destas atividades, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição de uma verba às Freguesias que solicitaram apoio para comparticipação na realização daquelas atividades no ano de 2017, em conformidade com o mapa anexo, ao abrigo do disposto na alínea l) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**  
**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS**

**SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS  
CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – ABRIL**

**DE 2017** - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "Por deliberação de 15 de Dezembro de 2016 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa." O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO** - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, Lda., remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de aprovação de 40 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 26 de abril de 2017, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – 2017 –**



Presente a seguinte proposta: "Submete-se para aprovação a presente proposta de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social, relativos ao ano de 2017, ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social - Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho. As 70 instituições que apresentaram candidaturas para o ano de 2017, encontram-se inscritas no Registo Municipal das Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISG) e foram avaliadas de acordo com os critérios previstos nos artigos 10º e 11º do referido regulamento. Nesta sequência, os projetos e atividades apresentados pelas instituições foram avaliados com base: na qualidade e interesse dos projetos; na continuidade e qualidade de execuções anteriores; no seu grau de criatividade e inovação; na consistência e adequação do orçamento; na capacidade de angariar outras fontes de financiamento; no número potencial de beneficiários; na consonância entre os objetivos propostos e o plano de desenvolvimento social do município; no número de respostas às necessidades da comunidade; no grau de intervenção continuada em áreas prioritárias de inserção social e comunitária; no seu contributo para a correção de desigualdades de ordem socioeconómica; no seu contributo no combate à exclusão social; e no âmbito geográfico de intervenção que levam a cabo. Verificados estes critérios de elegibilidade, determinaram-se as classificações dos projetos de cada uma das 70 instituições candidatas, às quais correspondem os valores de financiamento que a seguir se apresentam: -----

Nº	INSTITUIÇÕES	Valor a financiar
1	Associação de Apoio à Criança	15.916,61
2	Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães	18.318,00
3	Associação de Moradores Bairro São Gonçalo	1.800,00
4	Associação de Moradores da Zona Urbana da Conceição	3.762,50
5	Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães	15.614,88

Nº	(continuação) INSTITUIÇÕES	Valor a financiar
6	Associação de Reformados de Lordelo	7.151,29
7	Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães	12.400,00
8	Associação de Solidariedade Social dos Professores - Delegação GMR	19.906,25
9	Associação de Surdos de Guimarães e Vale do Ave	2.000,00
10	Associação Familiar Vimaranense	4.503,46
11	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais	12.836,25
12	Associação Puzzlianos - C.J.G.	3.720,00
13	Associação Social e Cultural de Urgezes	4.000,00
14	Associação White Angels	2.500,00
15	Casa da Juventude de Guimarães W Y F	2.500,00
16	Casa do Povo de Briteiros	22.000,00
17	Casa do Povo de Creixomil	70.000,00
18	Casa do Povo de Fermentões	70.000,00
19	Casa do Povo de Serzedelo	12.000,00
20	Castreja Cooperativa de Apoio Social e Cultural CRL	31.000,00
21	Centro Comunitário de Solidar. Integração Social de Tabuadelo	33.500,00
22	Centro Cultura Desporto Trabalhadores Município de Guimarães	25.000,00
23	Centro Juvenil de S. José	50.000,00
24	Centro Paroquial de Moreira de Cónegos	50.000,00
25	Centro Pastoral D. António Bento Martins Júnior	20.000,00
26	Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande	60.000,00
27	Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro	30.000,00
28	Centro Social da Irmandade de S. Torcato	10.875,00
29	Centro Social da Paroquia de Fermentões	18.643,73
30	Centro Social da Paroquia de Penselo	27.000,00
31	Centro Social da Paróquia de Polvoreira	5.154,32
32	Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira	27.500,00
33	Centro Social de Guardizela	40.000,00
34	Centro Social e Paroquial de Ronfe	25.702,63
35	Centro Social Nossa Senhora do Carmo	11.000,00
36	Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa	23.500,00
37	Centro Social Paroquial de Gondar	16.000,00
38	Centro Social Paroquial de Mascotelos/Santiago	26.000,00
39	Centro Social Paroquial de S. Cristóvão de Selho	30.000,00
40	Centro Social Paroquial de Santa Cristina de Cerzedelo	16.588,77
41	Centro Social Paroquial de Santa Marinha da Costa	10.000,00
42	Centro Social Paroquial de Vila Nova de Sande	6.742,93
43	Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição	18.411,00
44	Centro Social Paroquial S. Martinho de Candoso	17.500,00
45	Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos	60.000,00
46	Centro Social, Cultural e Desportivo de Silves	26.500,00
47	Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente	13.862,10
48	CERCIGUI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Concelho de Guimarães	25.000,00
49	Corpo Nacional de Escutas - Junta Núcleo de Guimarães	25.550,00
50	Creche e Jardim Infantil Albano Coelho Lima	21.590,63



Nº	(continuação) INSTITUIÇÕES	Valor a financiar
51	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Guimarães	3.550,12
52	Desincoop - Desenvolvimento Económico Social e Cultural, CRL	20.087,59
53	Fundação Stela e Oswaldo Bomfim	8.634,87
54	Grupo Desportivo e Recreativo "Os Amigos de Urgeses"	20.500,00
55	Grupo Recreativo 20 Arautos de D. Afonso Henriques	2.000,00
56	Infantário Nuno Simões	4.000,00
57	Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos	16.346,56
58	Irmandade S. Crispim e S. Crispiniano	1.500,00
59	Lar de Santa Estefânia	65.000,00
60	Lar de Santo António	51.321,40
61	Liga dos Amigos do Hospital da Senhora da Oliveira	20.000,00
62	Ordem dos Advogados - Delegação de Guimarães	3.500,00
63	Palavras Infinitas - Núcleo de inclusão, comunicação e Media	3.066,48
64	Patronato de São Sebastião	100.000,00
65	PPA - Um pensamento, uma palavra, uma atitude - Associação sem fins lucrativos de apoio social	1.946,94
66	Santa Casa da Misericórdia de Guimarães	40.000,00
67	Sol do Ave – Assoc. para o Desenvolv. Integrado do Vale do Ave	15.000,00
68	UNAGUI - Cooperativa Social e Cultural de Guimarães, CRL	10.410,26
69	Venerável Ordem Terceira de S. Domingos	11.030,00
70	Venerável Ordem Terceira de São Francisco	10.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.511.444,57</b>

Os subsídios de maior relevo referem-se maioritariamente a candidaturas para obras de requalificação ou ampliação de espaços destinados a respostas sociais de suma importância para a comunidade envolvente, e que respondem às necessidades plasmadas no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo 2015-2020, a saber: Casa do Povo de Creixomil, Casa do Povo de Fermentões, Centro Comunitário de Solidariedade Integração Social de Tabuadelo, Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande, Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro, Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira, Centro Social de Guardizela, Centro Social e Paroquial de Ronfe, Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa, Centro Social Paroquial de Mascotelos/Santiago, Centro Social Paroquial de S. Cristóvão de Selho, Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos, CERCIGUI - Cooperativa de

Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Concelho de Guimarães, Grupo Desportivo e Recreativo "Os Amigos de Urgeses", Lar de Santa Estefânia e Patronato de São Sebastião. Refira-se que o valor a atribuir ao Lar de Santo António reflete a comparticipação municipal em 45% nos encargos financeiros desta instituição, prevista no protocolo celebrado em 13 de junho de 1985 em colaboração com o Centro Regional de Segurança Social de Braga. Assim, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, coloco à consideração superior a presente proposta, que pressupõe a atribuição de subsídios às instituições de solidariedade social de Guimarães, no montante total de €1.511.444,57 (um milhão quinhentos e onze mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos).” -----

**Verificando-se duas situações de impedimento em virtude de os Vereadores Ricardo Costa e António Monteiro de Castro pertencerem, respetivamente, aos órgãos sociais do Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa e à Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, o Presidente da Câmara informou que a votação se iria proceder do seguinte modo: -----**

**CENTRO SOCIAL PADRE MANUEL JOAQUIM DE SOUSA - DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Ricardo Costa não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----**

**IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO E SANTOS PASSOS - DELIBERADO APROVAR POR**





**UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----**

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE CONCEDER OS RESTANTES APOIOS CONSTANTES DA PROPOSTA. -----**

**CULTURA - CASA DO POVO DE SERZEDELO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Serzedelo solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos nos dias 11 e 13 de abril a visitas de estudo. Considerando que, se tratam de atividades realizadas pelo ATL, devido à interrupção escolar e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 04 de abril 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - CASA DO POVO DE FERMENTÕES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte a uma visita de estudo, no dia 29 de maio ao Parque Natural da Maia. Considerando que, se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico proposto pelo departamento de acompanhamento de ação social desta instituição e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 04 de abril de 2017, foi proposto

deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES DAS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, RECREATIVOS OU HUMANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (REGULAMENTO Nº 606/2010)**

– Presente a seguinte proposta: “1. Nos termos do Regulamento nº 606/2010 propõe-se a atribuição dos seguintes apoios destinados a atividades ou investimentos a realizar no 2º semestre de 2017: **a) Apoios financeiros:** -----

Entidade candidata e designação do projeto	Montante a atribuir
<b>AAUM - Associação Académica da Universidade do Minho</b> Receção ao Caloiro	10.000,00 €
<b>ACIG - Associação Comercial e Industrial de Guimarães</b> Encontro Internacional sobre Património Industrial e sua Museologia (IV edição)	2.000,00 €
<b>Associação MOVE.T+</b> CultivArte	850,00 €
<b>Cem Cenas - Associação Cultural</b> Festival de Teatro de Amadores	550,00 €
<b>Orfeão de Guimarães</b> Comemorações do Centésimo Aniversário do Grupo	4.500,00 €
<b>Osmusiké - Associação Musical e Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda</b> Animação dos Espaços Urbanos de Guimarães - Pedras que Falam	2.000,00 €
<b>Outra Voz - Associação Cultural</b> O Outro de Nós (1ª fase-criação)	10.000,00 €
<b>Sociedade Martins Sarmento</b> Colóquio Internacional "Fortificações nas Idades dos Metais da Europa"	3.500,00 €
Investimento: Reparação da Cobertura do Edifício Sede SMS *	9.000,00 €
<b>Through Universe - Associação</b> Mucho Flow 2017 - 5ª edição	10.000,00 €
<b>Teengroup</b> Residência Artística Jovem	3.500,00 €



(continuação) Entidade candidata e designação do projeto	Montante a atribuir
<b>Casa do Povo de Briteiros</b> Citânia Viva	6.000,00 €
<b>Grupo Cultural e Recreativo de Barco</b> Comemorações do 41º Aniversário	5.000,00 €
<b>Casa da Juventude de Guimarães</b> Junt'Arte	4.000,00 €
<b>Círculo de Arte e Recreio</b> Investimento: Requalificação do telhado da sede *	20.000,00 €
<b>Grupo Folclórico da Corredoura</b> Orquestra Internacional do Fest´InFolkCorredoura 2017	3.000,00 €
<b>ADCL</b> XXIII Edição da Feira da Terra	9.000,00 €
<b>Convívio - Associação Cultural</b> Guimarães Suave Fest´17	7.500,00 €
Verão Guimarães Jazz 2017	10.000,00 €
<b>Sociedade Musical de Pevidém</b> Museu - A Nossa História	3.500,00 €
<b>Santa Casa da Misericórdia</b> IX Festival Internacional de Órgão Ibérico	5.000,00 €
<b>Ò da Casa - Associação Cultural</b> Guimarães Noc Noc	10.000,00 €
<b>Associação Amigos do Paço dos Duques e Bragança e Castelo de Guimarães</b> Aprender a História através de puzzles	2.500,00 €
	<b>141.400,00 €</b>

OBRAS DE RAIZ (INVESTIMENTO) – a pagar mediante autos de medição

**b) Apoios não financeiros** - No caso do projeto "XXIII Edição da Feira da Terra", promovida pela ADCL, propõe-se ainda a atribuição dos seguintes apoios logísticos: - Apoio na conceção gráfica de materiais de divulgação; - Disponibilização de 2 estruturas de outdoor; - Construção de um cercado para a exposição de animais, incluindo recursos humanos para montagem e desmontagem e materiais, desde que disponíveis em stock; - Transporte de pavilhões (cozinhas) para o recinto da Feira e recursos humanos para apoio na montagem e desmontagem dos mesmos; - Cedência e transporte de vasos, cadeiras e grades; - Colocação de baldes / contentores de lixo, incluindo de separação de resíduos; - Recolha de lixo e limpeza do

recinto durante o evento; - Limpeza do recinto, incluindo lavagem da zona do cercado no final do evento. Os apoios financeiros deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas, devendo estas observar o disposto no Art.º 16º do Regulamento nº 606/2010 em matéria de avaliação dos apoios concedidos. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5.000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão válida de situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, caso as certidões constantes dos respetivos processos de candidatura não sejam válidas no momento do pagamento. Nos termos do nº 2 do art.º 6º do mesmo Regulamento, os apoios concedidos deverão ser publicamente divulgados, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.” -----

**Uma vez que se verificou uma situação de impedimento relativamente à Sociedade Martins Sarmento, em virtude de alguns membros do executivo pertencerem aos órgãos sociais, o Presidente da Câmara informou que a votação se iria proceder do seguinte modo: -----**

**SOCIEDADE MARTINS SARMENTO - DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores António Monteiro de Castro e José Torcato Ribeiro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----**

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE CONCEDER OS DEMAIS SUBSÍDIOS CONSTANTES DA PROPOSTA. -----**

**CULTURA – UNIVERSIDADE DO MINHO - UTILIZAÇÃO DO**

**CENTRO CULTURAL VILA FLOR - CONGRESSO ANUAL DA ARTERY SOCIETY - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

– Presente a seguinte proposta: “A ARTERY Society (Association for Research into Arterial Structure and Physiology) promove o avanço do conhecimento e disseminação da informação respeitantes à patofisiologia, farmacologia, epidemiologia, deteção, investigação e tratamento da estrutura e função arteriais. É uma Sociedade Científica Internacional, sediada na Europa, e com sociedades afiliadas em diferentes áreas do mundo: ARTERY Norte-Americana, LATAM (ARTERY América Latina) e Pulse Asia. Intimamente ligada ao estudo da doença cardiovascular e à sua deteção precoce, a ARTERY Society congrega diversas disciplinas científicas relacionadas com o estudo da doença arterial, da Medicina à Biologia, passando pela Engenharia e pela Física Aplicadas, reunindo académicos e instituições provenientes de todos os pontos do globo. Acresce que, por se tratar da principal causa de morte em Portugal, os avanços no estudo e tratamento da doença cardiovascular são especialmente relevantes. O Centro para Investigação e Tratamento da Hipertensão Arterial e Risco Cardiovascular do Serviço de Medicina Interna do Hospital Senhora da Oliveira e a Escola de Medicina da Universidade do Minho candidataram-se à organização, em Guimarães, do Congresso Científico Anual da ARTERY Society, a realizar em 2018, no que contaram com o apoio expresso do Presidente da Câmara Municipal, por aquelas entidades entendido como decisivo para o sucesso da candidatura. O Congresso juntará, como habitualmente, 300 a 400 médicos e cientistas de todo o Mundo, para participar num conjunto de conferências, debates, apresentações técnicas e discussão de trabalhos científicos, decorrendo em 3 dias, promovendo uma ampla interação

científica e intercâmbio de conhecimento e oportunidades de Investigação e transformando a Cidade anfitriã num polo aglutinador dos mais recentes avanços da Ciência nesta área. A Candidatura de Guimarães foi a vencedora do concurso a que acorreram outras cidades do mundo, tendo o resultado sido anunciado durante a última reunião da ARTERY Society, em Copenhaga (2016). Guimarães juntar-se-á assim ao restrito lote de 14 cidades europeias que acolheram o congresso nos últimos 20 anos, sendo a primeira vez que se realizará na Península Ibérica. Assim, atendendo ao relevante interesse de que se reveste a realização do Congresso Anual da ARTERY SOCIETY 2018 em Guimarães, proponho a atribuição, à Universidade do Minho, de um subsídio de €13.161,00, destinado a suportar o pagamento da taxa de ocupação integral, por quatro dias, do Centro Cultural Vila Flor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - GTEAM GUIMARÃES FOOTBALL CLUB - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta:

“O Gteam Guimarães Football Club solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das atletas juniores a um jogo da Taça Nacional, no dia 19 de março a Avintes. Considerando que se trata de uma associação que visa a integração do género feminino na modalidade de futsal, promovendo a igualdade entre géneros e tendo esta deslocação o propósito da participação da equipa na Taça Nacional de futsal feminino, na tentativa de alcançarem o título de campeões nacionais e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 21 de março de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a



atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - CENTRO DE ATIVIDADES RECREATIVAS TAIPENSE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “O Centro de Atividades Recreativas Taipense solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da Equipa Sénior masculina de voleibol do CART, no dia 6 de maio a Oliveira do Bairro. Considerando que se trata de uma deslocação com o propósito da participação da equipa na 3ª Fase do Campeonato Nacional da 3ª Divisão de apuramento para a final, que determina a subida para a 2ª Divisão Nacional e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 26 de abril de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – PEVIDÉM SPORT CLUBE - APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO – REFORMULAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E ÁREAS DE APOIO DO COMPLEXO DESPORTIVO – O**

Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior clarificação do procedimento de concessão de apoio ao Pevidém Sport Clube, uma vez que a Câmara Municipal terá que votar, em primeiro lugar, a concessão do direito de superfície da infraestrutura em causa, pelo que a proposta foi retirada. -----

**DIVERSOS - REVITALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO**

**AVEPARK - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA** – Presente a seguinte proposta: "A parceria estratégica entre o Município de Guimarães e a Universidade do Minho (UMinho) é sólida e profícua, tendo vindo a contribuir decisivamente para o desenvolvimento do território concelhio e para um novo paradigma de crescimento económico. Entre os vários e importantes projetos desenvolvidos no âmbito desta parceria destaca-se o AVEPARK, onde a UMinho tem vindo a fazer uma forte aposta, nomeadamente através da instalação da sua mais importante unidade de investigação – o 3B's – e da participação, como associado, no Spinpark - Centro de Incubação de Base Tecnológica. A Comissão Europeia aprovou recentemente o projeto *The Discoveries Center for Regenerative and Precision Medicine*, liderado pela UMinho, com um orçamento total que poderá atingir os 100 milhões de euros e que ficará sediado no Avepark. O Spinpark encontra-se a executar um Plano Especial de Revitalização desde novembro de 2015. Contudo, apesar das condições favoráveis que daí resultaram, a sustentabilidade económica e financeira do Spinpark, como é argumentado no relatório externo realizado pela empresa Auditman, depende da liquidação total do crédito bancário. Na sequência da liquidação da sociedade Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia SA, EM, o Município de Guimarães perdeu a sua ligação à Associação Spinpark, até então existente por via da sua participação na sociedade Avepark, mantendo-se, contudo, fortemente apostado na criação de condições objetivas para a viabilidade, desenvolvimento e consolidação da referida Associação. Deste modo, e considerando: - o inquestionável interesse público de que se reveste a atividade do Spinpark para a economia regional e nacional; - a substancial influência que o Spinpark tem no sucesso





do Avepark, através da atração de novos investidores e da consolidação dos existentes; - a importância em assegurar que o projeto *The Discoveries Center for Regenerative and Precision Medicine* seja concretizado e sediado no Avepark, Proponho que a Câmara Municipal inicie os procedimentos tendentes à aquisição do seu edifício-sede, a ceder posteriormente em comodato ao Spinpark.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto:** “A proposta da Câmara sobre a aquisição do edifício-sede da Spinpark é uma proposta que pretendendo ser apenas o início dos procedimentos tem por objetivo a sua compra efetiva. E tendo por objetivo a compra efetiva, o que nos é proposto é mais do que a proposta diz, pois uma vez obtida a autorização para iniciar os procedimentos legalmente exigidos para a aquisição do imóvel, a Câmara e todos os que aprovarem esta proposta, ficam comprometidos no passo seguinte, o da compra. Ora, sendo a compra o passo que está subjacente importa saber o valor a pagar pela compra e o valor não nos é dito, o que na prática equivale a passar um cheque em branco, o que é inaceitável. A CDU tem estado sempre ao lado da viabilização do Avepark e compreende que a Câmara, com a Universidade do Minho, recorram aos artifícios por lei permitidos para que aquele polo de ciência e tecnologia desempenhe o papel de atração e âncora de certo tipo de empresas. Sobretudo, admitimos que haja necessidade de deitar mão a soluções que

impeçam a falência de empresas-chave cuja gestão foi perturbada pelas alterações do quadro legal cometidas pelo governo do PSD/CDS. Porém, para votarmos de forma consciente e sem reservas a viabilidade da Spinpark hoje, e uma outra qualquer amanhã, precisamos de saber o que na gestão terá falhado e é da responsabilidade da Spinpark. Ora nada nos é dito a este respeito e em contrapartida pede-se-nos um voto no escuro, o que não é aceitável. A CDU, ao aprovar a internalização do Avepark, deixou claro e reafirma novamente que tal posição de voto não podia e não pode ser confundida como a aprovação dali em diante de tudo, numa postura acrítica que não foi, não é, nem será a nossa.” -----

**DIVERSOS - ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO -  
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO  
DO COMPLEXO MULTIFUNCIONAL DE COUROS –**

Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária Martins Sarmiento pretende promover nos dias 17, 24 e 31 de maio 2017, um Ciclo de Palestras sobre a Sexualidade e os Jovens. Trata-se de uma iniciativa que está a ser dinamizada pela turma AV2 do 10ºano da escola, no âmbito do Projeto de Educação Sexual (Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto), sob a orientação do Diretor de Turma, professor Rui Falcão, e com a colaboração e empenho dos pais e encarregados de educação da referida turma. Esta atividade terá como palestrantes o senhor Dr. Ricardo Ramires (Hospital de Guimarães), a senhora Dra. Sofia Costa (ginecologistas com formação em sexologia) e senhora Dra. Emanuela Lopes (Psicóloga que integra a Unidade de Medicina de Reprodução do Hospital de Guimarães). Assim, de forma a aproximar e incentivar a participação da comunidade neste tipo de iniciativas, os promotores pretendem realizá-la fora do estabelecimento escolar,



tendo a escolha recaído no Auditório do Complexo Multifuncional de Couros, cuja gestão se encontra sob a responsabilidade da Cooperativa FRATERNA. Assim, atendendo ao relevante interesse que se reveste a realização deste Ciclo de Palestras sobre a Sexualidade e os Jovens, proponho a atribuição de um subsídio de €264,48 destinado a suportar o pagamento da taxa de ocupação integral, por três dias, do Auditório do Complexo Multifuncional de Couros, nos termos do nº 1 art.º 75º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----